

Consórcio usa “chutômetro” para avaliar patrimônio da Cedae



Sanerio gasta apenas três dias para avaliar patrimônio da Estação de Tratamento de Água do Guandu - a maior do mundo em volume d'água.

“Patrimônio - Riqueza: Patrimônio moral, cultural e intelectual. Complexo de bens materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais o que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica.” Segundo o Aurélio, esta é apenas uma parte da definição da palavra Patrimônio, que poderá, com certeza, ajudar a todos a entender o significado da contratação do Consórcio Sanerio - pelo Programa Estadual de Desestatização - para fazer a avaliação econômico-financeira da CEDAE.

Segundo o contrato assinado com o governo do Estado e a Sanerio, o Consórcio tem um prazo de nove meses para apresentar a avaliação, mas a Consultoria está dando um prazo de apenas cinco dias para que as diversas superintendências da Empresa apresentem por escrito as informações pedidas. Por sua vez, os técnicos da Consultoria com base nessas informações

estão visitando as unidades da CEDAE e fazendo as avaliações em um prazo que varia de um a dois, no máximo, três dias, ou seja no “chutômetro” mesmo. A alegação dos técnicos da Sanerio é de que não há tempo, pois a avaliação de todo o patrimônio da Empresa deverá estar concluída em um prazo de 45 dias e não em nove meses. O presidente da ASEAC, Dario Mondego,

afirmou que esses “estranhos” critérios de avaliação estão causando apreensão ao corpo técnico da Companhia, que teme uma subavaliação do patrimônio da CEDAE, para facilitar a sua privatização, conforme ocorreu com o Banerj. Dario Mondego destacou o fato de que a CEDAE tem o seu patrimônio já avaliado e que este é conhecido da população. A última avaliação, publicada em

dezembro de 1996, foi de R\$ 1.797.448,00 (ativo permanente). Este valor representa o custo histórico dos bens da Empresa, mais a correção definida pelos índices legais. Ainda com relação ao trabalho feito pela Sanerio, a ASEAC chamou a atenção para o risco que representa fazer a avaliação da Estação de Tratamento de Água do Guandu em apenas três dias, ou seja em 72 horas. (pag.3)

Governo volta atrás e obra da Barra pode ser feita pela CEDAE (pág.2)

Governo já admite manter a CEDAE na Barra da Tijuca

Região dos Lagos

Impasse jurídico adia a concessão dos serviços



Lúcia Souto: vice-Governador atenderá as reivindicações da comunidade

Se a comunidade decidir que é melhor para os moradores, as obras de construção do sistema de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca/Recreio dos Bandeirantes/Jacarepaguá - que inclui a construção de uma estação de tratamento de esgotos e do emissário submarino - poderão ser executadas pela própria CEDAE, de forma a atender as reivindicações da população, especialmente quanto à redução dos prazos de execução previstos no edital de concessão ao setor privado, de, no mínimo, 11 anos.

Essa perspectiva foi aberta pelo próprio vice-governador do Estado, Luís Paulo Corrêa da Rocha, ao discutir, durante a última reunião do Fórum de Acompanhamento da Concessão dos Serviços de Água/Esgoto da Barra/Jacarepaguá, com representantes da prefeitura, da comunidade e com os parlamentares que integram o Fórum as principais queixas e reivindicações da população local.

Segundo a deputada Lúcia Souto (PPS), o governo do Estado se comprometeu a dar uma resposta mais conclusiva até a próxima reunião do Fórum de Acompanhamento, que conta com a participação de vereadores,

representantes da comunidade da Barra, além de deputados, e se dispôs a discutir todos os pontos do edital. Ela acrescentou que o vice-governador abriu a perspectiva de que o Fórum possa debater e propor qualquer reivindicação que seja do interesse da comunidade, "inclusive numa negociação que possa surgir com a prefeitura", admitiu. Tanto os representantes da Câmara Comunitária da Barra quanto os demais membros do Fórum estão aguardando um posicionamento do vice-governador para formalizar suas propostas.

As queixas

Entre as principais reclamações dos moradores da Barra da Tijuca/

Jacarepaguá, levadas ao Fórum de Acompanhamento pela Câmara Comunitária da Barra, está a questão dos prazos de execução das obras. Pelo edital da secretaria de Planejamento, pautado num complicado "modelo matemático" que a comunidade não consegue compreender, a empresa vencedora da licitação vai faturar, em 11 anos, R\$ 1,15 bilhões - sem contar os outros 14 anos de concessão - e só terá que investir R\$ 380 milhões, diluídos até 2008. Diante desse fato, a população vem reivindicando modificações neste e em vários outros itens do edital, que contrariam flagrantemente seus interesses, além do fato de os prazos definidos serem "lesivos aos cofres da CEDAE e ao meio ambiente, tendo em vista que as obras deverão se arrastar, desnecessariamente, até o 11º ano da concessão.

Dessa maneira, a população da Barra considera que é melhor manter os serviços sob a alçada da CEDAE. Além disso, a sociedade da Barra questiona também o universo de atendimento previsto - de 95% da população - até o final da concessão: "Quem será o responsável, ao longo dos anos, pela população não servida e para onde irá o esgoto produzido por ela?", indaga o presidente da Câmara Comunitária da Barra, Delair Dumbrosck.

Os dois consórcios - Juturnaíba e Prolagos - vencedores da licitação realizada pelo governo do Estado para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Região dos Lagos estão se recusando a assinar os respectivos contratos, temendo um resultado desfavorável no desfecho final da ação civil pública movida pela ASEAC, com apoio de diversas entidades sindicais ligadas ao setor de Saneamento Básico, em favor da manutenção dos serviços na esfera pública.

A informação foi dada por fontes ligadas à direção da CEDAE e confirmada pelo advogado Marcelo Cerqueira, que patrocinou a causa. Segundo ele, a questão continua "sub júdice", aguardando uma decisão final da justiça, que, por sua vez, não tem previsão de sair. As mesmas fontes garantem que, além da questão jurídica, as empresas privadas que estão se propondo a operar o sistema na Região dos Lagos temem, também, assumir os serviços às vésperas do verão, quando a população quintuplica naquelas cidades de veraneio - aumentando de cerca de 500 mil para 2,5 milhões - e, consequentemente, a demanda.

Jornal da **ASEAC**
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE
 Rua Sacadura Cabral, 120, salas 601, 602, 607 e 902
 Tels: 263-6240 e 296-0025 - Ramal 102
 Telefax: 253-7482
 Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor vice-Presidente
 Walcyr Goulart Marliosa
Diretor Administrativo
 César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 João Benedito Lorenzon Mello

Diretor Social
 Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR
Representantes dos Administradores
 Pedro Paulo de Freitas
Advogados
 Sueli Kolling Turano
Analistas
 César Lima da Graça
Aposentados
 Edson Bittencourt Rosas
 Elycio Américo M. Da Fonseca
 Leon Ambram
 Nacim Chau Cascum
Arquitetos
 Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
 Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
 Sergio Pereira
Demais categorias
 Eliana Glória de P. Peixoto

Economistas
 Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Flávio de Carvalho Filho
 Márcio de Melo Rocha
 Paulo César Quintanilha
 Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL
 Emy Guimarães de Lemos
 Arlindo Pereira
 Jorge Rodrigues Leitão
 Alberto José M. Gomes
Produção e Edição
 Planin- Assessoria de Comunicação
 Telefax: (021) 220-5031 / 224-5472
Jornalista Responsável
 Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ
Diagramação: Joyce Velasco
Revisão: Maria Amália Monteiro
 Edição de agosto de 1997
 Tiragem: 1.000 exemplares

Consórcio faz avaliação do Guandu em 72 horas

Maior Empresa do Estado do Rio de Janeiro e a segunda maior empresa de Saneamento no ranking nacional, a CEDAE é responsável junto com a Sabesp, por 60% de toda a arrecadação - de mais de R\$ 5 bilhões/ano - de todas as companhias estaduais de Saneamento do País. Dentro de seu patrimônio, o Sistema Guandu é de fundamental importância, poderíamos defini-lo como o cérebro ou mesmo o coração da Empresa. No Sistema, a Estação de Tratamento de Água - a ETA do Guandu - é conhecida por sua grandiosidade. Maior Estação de Tratamento de Água do mundo, a ETA é responsável pelo abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Além disso, a Estação tem uma função estratégica para os diversos municípios, que atende, pois sem a água do Guandu dificilmente municípios como, por exemplo, o Rio de Janeiro, teriam condições de sobreviver. Hoje, a água tratada e aduzida no Guandu - mais de 40 metros cúbicos por segundo - é responsável por 81% do faturamento da CEDAE, cerca de R\$ 80 milhões/mês. Pois bem, para avaliar todo o patrimônio da ETA, o Consórcio Sanerio não achou necessário gastar mais de 72 horas. Para a ASEAC, este fato demonstra o risco que a Companhia corre de ser privatizada, o que não se justifica considerando as suas realizações enquanto Empresa Pública. A ASEAC destacou que a questão é mais grave, considerando-se que estão fazendo a avaliação do patrimônio da CEDAE em meio a maior correria, sabe-se lá para atender a que interesses.

Riscos de subavaliação

O presidente da ASEAC, Dario Mondego, afirmou que se for considerada a importância da ETA para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, chegar-se-á a conclusão de que os critérios utilizados pelo Consórcio Sanerio para avaliá-la são preocupantes. Na verdade, toda a sua avaliação (parte de equipamentos, instalações e, mais a parte ambiental e de qualidade da Estação) foi feita em apenas um dia, por três técnicos da Consultoria, dois argentinos e um paulista, que não tinham idéia do porte da ETA e demonstraram preocupação com o curto prazo, que tinham para entregar o relatório - até o dia 14 de setembro.

O presidente da ASEAC afirmou que o fato chama mais a atenção quando se considera que, em momento algum, foi dito que a água produzida na Estação - antes de representar R\$ 80 milhões/mês, ou seja lá o valor que definirem - representa a qualidade de vida de nove milhões de pessoas e, mais do que isso, é a responsável, hoje, praticamente pela existência dos municípios do Rio de Janeiro e os da Baixada Fluminense. Dario Mondego afirmou que a partir desta constatação surge a dúvida: "Se o governo do Estado sozinho - sem antes ouvir a sociedade e os municípios que dependem da água daquela Sistema - tem autoridade para decidir sobre a privatização do Guandu?"

Ao considerar que a ETA do Guandu é, primordialmente, patrimônio da população do Rio de Janeiro, Dario Mondego afirmou que a ASEAC está disposta a levar a discussão para a sociedade organizada, de forma a impedir a privatização da CEDAE, através da definição de regras claras de controle social para o Saneamento no Estado.

Crítérios perigosos

Na área de esgotos, a ASEAC garante que os critérios que a SETAPE - Serviços Técnicos de Avaliação e Engenharia, empresa paulista integrante do consórcio Sanerio - está utilizando para avaliar o patrimônio da Companhia são os mesmos que foram utilizados no Guandu: o "chutômetro". E o mais agravante é que os empregados da empresa contratada para executar o trabalho não sabem sequer informar quem é - e se existe - um fiscal do Estado para acompanhar o trabalho deles, que, segundo fontes, vai custar R\$ 1,5 milhão à CEDAE, de acordo com o contrato assinado com o Consórcio privado. Além de revelarem completo despreparo para o serviço, os representantes da Sanerio não quiseram nem mesmo visitar todas as unidades da Empresa, a não ser as mais importantes, como a elevatória André Azevedo e a de Botafogo, alegando que só dispunham de dois dias para fazer a análise. Ao criticar a Sanerio, Dario Mondego observou que os técnicos da consultoria chegaram ao absurdo de perguntar aos empregados da CEDAE quanto eles achavam que valiam os equipamentos das demais unidades operacionais da área de esgotos. O presidente da ASEAC citou que uma única bomba da elevatória de esgotos

da André Azevedo (são seis), com 250 HP, custa cerca de US\$ 200 mil. Na Penha, onde funcionam quatro bombas com 300 HP na ETE principal, cada equipamento está avaliado em cerca de US\$ 250 mil. A maioria deles, os técnicos da Sanerio nem chegaram a ver. O comprimento das tubulações existentes, também, "foram medidas em cima das plantas, na base do chutômetro". Ao concluir, Dario Mondego disse que a avaliação de uma empresa do porte da CEDAE, não poderia ser feito em menos de 12 meses para garantir que se tivesse um resultado "seguro, honesto".

A modelagem

O consórcio Sanerio, cuja contratação foi autorizada pelo presidente da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização e filho do governador Marcello Alencar, Marco Aurélio Alencar, é formado pelo Banco Interatlântico S.A., Hytsa Estudios Y Proyectos S.A., Cogente - Consultoria e Gerenciamento de Projetos, Trevisan Consultores e Empresas Ltda., Azevedo Sodré Advogados, Banco Leberal e BFB - Bhering, Ferreira e Bleuler, além da SETAPE. O contrato tem por objetivo, segundo o texto publicado no Diário Oficial, "prestar os serviços referentes à avaliação econômico-financeira de sistemas de água e esgotos do Estado do Rio de Janeiro e da CEDAE, auditorias, preparação, assessoramento e modelagem para a transferência à iniciativa privada da prestação do serviço público de fornecimento de água e esgoto, e fixação do marco regulatório, com a elaboração dos documentos necessários junto ao Poder Público, para o aperfeiçoamento dos sistemas e adequação tarifária aos custos, com otimização para o usuário". O prazo legal para a execução dos serviços é de nove meses, mas, segundo fontes ligadas à cúpula da CEDAE, foram dadas ordens expressas para que os mesmos sejam executados em, no máximo, dois meses. Os representantes da Sanerio estão encontrando todas as facilidades para executar seu trabalho. O 10º andar da sede da Companhia, na Pça. Mauá, foi desocupado para ceder espaço ao consórcio privado e os técnicos e superintendentes foram orientados a ajudar e informar tudo o que for de interesse da Sanerio.

A QUE DÁ CERTO

Sistema de mutirão da Surzo agiliza a solução de problemas na Zona Oeste do Rio

Bom, Bonito e Barato!

Vontade de fazer e muita criatividade”. Com esses ingredientes, a Superintendência Regional da Zona Oeste – Surzo – da CEDAE desenvolveu uma receita fulminante, para superar as dificuldades e eliminar as pendências nas áreas dos Distritos que lhes são subordinados: o projeto “Mutirão” Sepetiba/Praia da Brisa, criado para ajudar a reduzir os transtornos da população da Região e melhorar os serviços prestados aos usuários da Companhia.

Nascido por iniciativa dos próprios empregados da Empresa, o “Mutirão” foi realizado durante dois finais de semana, no mês de julho passado, para não prejudicar o dia-a-dia dos consumidores e nem atrapalhar a rotina da Surzo, mobilizando 130 empregados, além de várias viaturas e equipamentos, na solução de um sem número de pequenos problemas.

Sepetiba e Praia da Brisa formam uma região de 12 quilômetros, onde vivem 26 mil pessoas, servidas por cerca de 45 km de rede de abastecimento de água, administrada pelo 12º Distrito de Água e Esgotos – DAE -, localizado em Santa Cruz. A experiência pioneira realizada em julho, que, pelo seu sucesso, certamente deverá se transformar numa prática sistemática e permanente, atingiu plenamente seus objetivos previamente traçados e “encheu de gás” a turma da Surzo, que executou 519 serviços pendentes, entre ligações, vazamentos, desobstruções de rede e outras intervenções, beneficiando cerca de quatro mil moradores, distribuídos em 121 logradouros.

Integração

O “Mutirão” de Sepetiba/Praia da Brisa integrou o Projeto de Atendimento Padrão de Serviços – PAPS -, idealizado pela Surzo, que já vem utilizando os mutirões há tempos, como alternativa no sentido de otimizar a utilização de materiais, equipamentos e pessoal de cada um de seus distritos subordinados. E os mutirões acabaram dando um grande exemplo de integração entre as equipes.



Empregados da Surzo trabalham no Mutirão de Sepetiba/Praia da Brisa, na Zona Oeste

Neste último, além de atacar as pendências da área de Operações e Manutenção da Companhia naquela região, a área Comercial da Surzo, dirigida pelo economista Ricardo Leitão, montou um posto avançado de atendimento à clientela. Assim, nos dois finais de semana, a comunidade pôde receber informações e orientação sobre revisão de cadastro, instalação de hidrômetros, revisão de leitura, identificação de vazamentos, controle de desperdício e outros procedimentos importantes para facilitar a vida dos usuários e a solução de pequenos problemas.

O “Mutirão” Sepetiba/Praia da Brisa contou também com apoio de técnicos da área operacional, que cuidaram do controle de qualidade da água, facilitando, assim, o monitoramento constante no campo em que as equipes atuaram. Graças ao detalhado planejamento e aos cuidados preventivos tomados pelas equipes, nenhum acidente de trabalho foi registrado durante a execução do projeto, que contou, inclusive, com um almoxarifado central de apoio, improvisado na sede do Clube Náutico do Recôncavo, em Sepetiba, e da “turma do Juramento”, que atuou na reposição da pavimentação.

Ao todo, 20 viaturas foram mobilizadas

nos dois finais de semana, para um trabalho que utilizou cerca de 2.500 peças de material e 1.638 metros de tubulação. Para divulgar o projeto, a Surzo endereçou quatro mil cartas aos moradores dos logradouros que seriam cobertos pela operação, informando-os sobre o trabalho que seria realizado. Cada participante do “Mutirão” também recebeu uma carta de agradecimento da Surzo, incluindo um pedido de sugestões para o aperfeiçoamento dos próximos.

Ao final dos trabalhos, superintendente da Surzo, engº Paulo Sérgio de Lemos Souza, manifestou-se bastante satisfeito com o sucesso da operação: “Tão importante quanto termos alcançado os ganhos e desempenho, outros resultados percebidos tornam o Projeto de Atendimento Padrão de Serviços (Mutirão) imprescindível, pois vem ajudando a construir uma perspectiva empreendedora, baseada na competitividade e no aumento da capacidade de coordenação. Permitiu, também, uma previsão apurada de gastos, agilidade na implantação de soluções e objetividade nas definições das prioridades, pontos originários de problemas no nosso cotidiano. Os mutirões têm sido um bom caminho para contorná-los”.